



Reunião : EXTRAORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

DATA DA REUNIÃO: DEZ DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZ.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PSD – PRESENTE.-----

VEREADOR LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE.-

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: ONZE HORAS E VINTE MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: ONZE HORAS E CINQUENTA MINUTOS.-----



Reunião : EXTRAORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA NOMEADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ACTA.-----

ENTROU-SE IMEDIATAMENTE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ACTA CONSTITUINDO A SUBSEQUENTE FOLHA.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 10/DEZEMBRO/2010 – ACTA Nº 26

Praça 25 de Abril

4780-373 SANTO TIRSO

Tel. +351 252 830 400

Fax: +351 252 856 534

gap@cm-stirso.pt

www.cm-stirso.pt

3

Av
h

ORDEM DO DIA

- 1 – Proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2011
- 2 – Autorizações Relativas à Execução do Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal para o ano de 2011
- 3 – Proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso para o ano de 2011
- 4 – Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Santo Tirso para 2010: 4ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos
- 5 - Outros subsídios

Santo Tirso, 06 de Dezembro de 2010

O Presidente,



h

1. PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPAS DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2011.-----

Presentes os documentos acima referidos, dos quais se anexam cópias à presente acta e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I da mesma, composto por sessenta folhas.--

O Senhor Presidente propôs que a Câmara, no uso da competência prevista na alínea c) do nº 2 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, deliberasse aprovar a proposta de Opções do Plano, Orçamento e Mapas de Pessoal anexos e submeter a mesma à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos previstos na alínea b) do nº 2 do artº 53º do mesmo diploma legal e artº 5º, nº 3, da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.-----

A proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapas de Pessoal para o ano de dois mil e onze foi aprovada com cinco votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista.-----

Votaram contra os Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata.-----

Pelos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

DECLARAÇÃO DE VOTO

Compete à Câmara Municipal planear, programar e gerir os destinos do município em cumprimento do desígnio legitimado por sufrágio universal e directo.

Com o sentido da responsabilidade, cientes da importância que na gestão têm os documentos previsionais, os edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, votam favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011.

Será num complexo e difícil contexto económico e social, que as acções contidas nos documentos apresentados se irão desenvolver o que se traduz na obrigatoriedade de praticar uma gestão cautelosa.

A gestão com meios apertados e rigor na despesa, é prática que há muito vem sendo usada na gestão autárquica em Santo Tirso, o que nos permite ter uma situação económica equilibrada e ter ainda a ousada ambição de vir a executar os **projectos e acções propostos, que consolidam as nossas Opções Estratégicas para o desenvolvimento do concelho.**

Estes documentos têm o nosso voto favorável porque:

- Dão continuidade a acções em curso, apontando novas prioridades, num horizonte de planeamento com mobilidade a quatro anos.
- Permitem a concretização da **Carta Educativa** prevendo a execução de acções nesta área, em valor e importância muito expressivas, financiadas em grande parte pelos fundos comunitários e que irão melhorar significativamente as condições de aprendizagem dos alunos do nosso concelho.
- Garantem a melhoria do **acesso aos cuidados de saúde** através da previsão da comparticipação do município na construção das Unidades de Saúde de Areias e de S Martinho do Campo.
- Permitem a **concretização da Política de Cidades**, Polis XXI, que no município se materializa através: da **PRU- Margens do Ave** de que se destacam o Percurso Pedonal e Ciclável, que irá unir a cidade ao Parque Urbano de Rabada, a Nave Cultural da Fábrica do Teles e as intervenções no Parque Urbano da Rabada; do **Inventar a Cidade**, que inclui as obras de remodelação da Praça General Humberto Delgado, da envolvente ao Tribunal e Rua D. Nuno Alvares Pereira; do **Slow Fast Landscape**, que integra o Parque do Rio do Matadouro.

- Dá continuidade ao **programa de reabilitação da Fábrica do Teles** com a construção e implementação da **Incubadora das Industrias Criativas, iMOD**.

Os valores dos agregados de receita e despesa apresentados no orçamento para 2011 são inferiores aos do ano 2010 em cerca de 2,7%.

- Pelo lado da receita a redução justifica-se pelo corte de verbas proveniente do Orçamento de Estado. A receita prevista apenas não desce mais acentuadamente porque soubemos garantir o financiamento de muitos dos investimentos previstos no PPI, através de candidaturas a fundos comunitários, em montantes muito relevantes.

- Pelo lado da despesa, a previsão e a execução têm presentes critérios de contenção, não obstante a necessária assumpção dos compromissos financeiros da autarquia e a execução da quota-parte municipal em investimentos de grande prioridade uns, de grande prioridade e oportunidade, outros, pelo reconhecimento e comparticipação conseguidos.

Votamos favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2011 porque para a sua elaboração contribuíram os autarcas das freguesias e porque neste documento estão previstas transferências financeiras para as Freguesias, por parte da Câmara Municipal, que irão reforçar os seus orçamentos para além do que lhes é devido pela aplicação da Lei das Finanças Locais.

Em resumo, o voto dos edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2011 é um voto favorável à gestão responsável e prudente, mas com ambição; é um voto favorável às aspirações formuladas nos documentos que o compõe; é um voto favorável à estratégia de desenvolvimento sustentado expressa nas suas opções.

Santo Tirso, 2010-12-10



Reunião : EXTRAORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Seguidamente pelos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

REUNIÃO DE CÂMARA - 10 DE DEZEMBRO DE 2010

Ponto 1 da Ordem do Dia

Declaração de voto dos eleitos nas listas do PPD/PSD

Ponto 1 – Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Santo Tirso para o ano de 2011

Os vereadores enquanto eleitos nas listas do PSD votaram contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento apresentado pelo partido socialista por várias ordens de razão:

Desde logo, porque não se identificam com o documento e nem tão pouco se revêem no seu conteúdo;

Este documento, denominado de Grandes Opções, mais não é do que um inventário mais ou menos exaustivo de rubricas e sub-rúbricas contabilísticas, ou seja, um mero instrumento de execução financeira.

Uma vez mais os seus mentores não carregaram para as Grandes Opções do Plano, qualquer pensamento, estratégia, plano, premissa, para que se perceba o que se pretende para o concelho e para os munícipes.

Não são feitas referências ao papel que a Câmara pode e deve desempenhar, mas também nada se diz sobre o papel reservado aos agentes económicos, às associações desportivas e culturais, às IPSS e de todas as forças vivas que são o motor do concelho e deveriam constituir-se como parceiros privilegiados no desenvolvimento de Santo Tirso.

8
A

O documento em apreço, continua a evidenciar a falta de ideias, de ambição, ousadia e de objectivos, que promovam o real desenvolvimento do concelho, o projectem e afirmem no panorama regional, nacional e internacional.

Não são perceptíveis horizontes temporais, porque simplesmente não existem.

Continuamos sem saber de onde partimos e para onde vamos, e muito menos, quais os caminhos que devemos escolher.

Não se vislumbram nem se identificam prioridades. Um vazio total.

Apesar dos diferentes indicadores divulgados que retratam fielmente a grave situação de Santo Tirso, V/ Exas. continuam a gerir o concelho de forma autista.

Os problemas e as dificuldades no nosso concelho persistem e agravam-se, mas a atitude continua a ser a mesma de sempre.

Tantos anos de poder, mas a gestão continua a assentar em meras acções casuísticas e a funcionar por "inputs" exteriores à própria Câmara, e por isso, as medidas não são ponderadas nem concertadas, ou seja, não interagem entre si.

O resultado está à vista! Os concelhos vizinhos, mesmo com dimensão demográfica inferior à nossa, perspectivaram o futuro, criaram condições para alavancar o desenvolvimento e por isso, hoje, atraem os cidadãos de Santo Tirso, que ano após ano vê fugir os jovens e principalmente os que detêm mais e melhores competências.

Ac

A

Ao contrário, Santo Tirso, por seu lado, continua refém de uma gestão completamente ultrapassada, voltada para si própria, quando deveria voltar-se para os Municípios, a qual tem conduzido o Concelho à estagnação sendo classificado como um dos menos desenvolvidos de Portugal.

Apesar de ser do domínio público que os problemas sociais se vão agravar no País, mas principalmente em Santo Tirso, que segundo a Marktest ainda há pouco tempo registava o segundo maior rácio de desempregados no universo dos 308 municípios, neste documento, aqui hoje apresentado por V/ Exas., não é feita qualquer referência nem desenhado qualquer plano para lhe fazer frente.

Mas como se não bastasse, na introdução ao referido documento, pode perceber-se alguma preocupação com o actual momento de crise na frase que citamos **“No actual contexto económico e social esta missão assume contornos mais complexos e exige que a gestão municipal seja norteadada por princípios realistas de contenção e ponderação nas despesas especialmente quando se assiste a forte retracção nas receitas”**. Ficamos obviamente curiosos, porque ficamos com a certeza que seriam referenciadas um conjunto de medidas sustentando cortes, principalmente nas despesas correntes que neste Plano e Orçamento atinge o valor mais elevado dos últimos três anos (48,7%), mais 4,8% do que em 2009 ao contrário do PPI que regista o valor mais baixo.

Lemos e releemos o documento e nada! Nem uma medida, nem uma intenção.

Então não seria expectável que ao invés de cortar nas despesas de capital, a Câmara fizesse baixar as despesas correntes? Não seria exigível que se cortassem algumas gorduras na estrutura da Câmara, que teimam em persistir? Não seria exigível que fosse repensada a manutenção de tantos assessores, assessorias e consultorias (como por exemplo, a Rosa Maria Vaz da Costa, Unipessoal, Lda, que a troco de algumas horas semanais custa

ao Município a escandalosa quantia mensal de 3.900 euros, equivalente a oito Salários Mínimos Nacionais)?

Num contexto de crise económica, não seria expectável que a Câmara reorganizasse os seus serviços em função dos recursos humanos disponíveis?

Não seria também expectável que a Câmara parasse de vez com a propaganda, onde se esbanjam centenas de milhares de euros por ano e que serve para alimentar algumas empresas e para mera promoção política/pessoal?

Não seria exigível que se ponderasse outras reduções nas despesas correntes, nomeadamente custos com motoristas, com viaturas (a título de exemplo refira-se que ainda este ano foi adquirida uma viatura topo de gama pelo valor de cerca de 26.000 eurós com retoma, que transporta um vereador a casa para a Câmara e vice-versa) e respectivo combustível?

Poderíamos enumerar mais um conjunto de cortes nas despesas supérfluas que libertariam meios a favor do concelho e dos Municípes, mas não adianta: V/ Exas. vão continuar reféns deste modelo de gestão

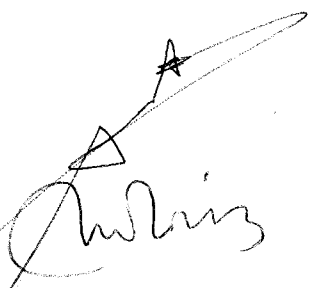
Em relação ao PPI (Plano Plurianual de Investimentos), e não querendo perder muito tempo com a sua análise que tem um carácter técnico, chamou-nos à atenção o facto de terem sido gastos 450.000 euros no polidesportivo que não é mais do que um ringue, quando em Penafiel foram construídos 3 Gimnodesportivos que custaram cerca de 750.000 euros cada! Opções dirão V. Exas., pois seja!

Este documento que legitima e democraticamente V/ Exa. aprovaram, está ferido de morte. Na verdade, na página 2 do orçamento de receita consta uma rubrica (06.03.01.03) com um valor de 1.378.036,00 euros, resultado na participação variável do Município no IRS, conforme determina a lei de Finanças Locais (n.º 1 do artigo 20º)!


A mesma Lei refere expressamente no n.º2 do art.º 20º que citamos "A participação referida no número anterior depende da deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual deve ser comunicada por via electrónica pela respectiva Câmara Municipal à Direcção-Geral dos Impostos, até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos". Até ao momento nem a Câmara, nem a Assembleia Municipal deliberaram sobre esta matéria, será que a Câmara pretende abdicar da totalidade da receita a favor dos sujeitos passivos? Se for essa a pretensão, e temos sérias dúvidas que assim seja! Como se explica a sua inclusão no orçamento de receita?

Por tudo o que se referiu, aos vereadores do PSD não restava outra alternativa que não fosse "chumbar" este documento.

Santo Tirso, 10 de Dezembro de 2010.



António



Alberto



2. AUTORIZAÇÕES RELATIVAS À EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2011.-----

Presente para apreciação e votação uma proposta de pedido de autorizações à Assembleia Municipal para execução do Plano Plurianual de Investimentos no ano de 2011, da qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----

O Senhor Presidente solicitou que a Câmara aprovasse a referida proposta e a remetesse à Assembleia Municipal para aprovação, juntamente com a aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de 2011.-----

A proposta foi aprovada com cinco votos a favor.-----

Votaram contra os Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

AUTORIZAÇÕES RELATIVAS À EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2011

Proponho que:

A Câmara delibere aditar ao Plano Plurianual de Investimentos para 2011 as seguintes pretensões a apresentar à Assembleia Municipal, com o pedido de que sejam votadas na mesma sessão de aprovação dos instrumentos de gestão, a exemplo dos procedimentos seguidos nos últimos anos:

1. Autorização para delegar competências nas Juntas de Freguesia, quando disso se presuma benefício para o interesse comum e nos termos do artº 66º da Lei 169/99, de 18 de Setembro;
2. Autorizar a contratação de empréstimos a curto prazo, a contrair quer pela Câmara Municipal de Santo Tirso quer pela Associação de Municípios do Vale do Ave e para o período de vigência do orçamento, nos termos do nº 7 do artº 38º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, e desde que cumpridos os requisitos legais.
3. Autorização para a câmara municipal proceder à abertura de procedimentos que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de bens e serviços, desde que a respectiva aquisição já esteja prevista no Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2011, mas no decurso dos respectivos procedimentos se venha a concluir que as respectivas despesas darão lugar a encargos económicos no(s) subsequente(s).

Santo Tirso e Paços do Concelho, 06 de Dezembro de 2010

O Presidente,

Castro Fernandes



3. PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO PARA O ANO DE 2011.-----

Presentes os documentos acima referidos, dos quais se anexam cópias à presente acta e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo o Anexo II da mesma, composto por trinta e seis folhas.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara, no uso da competência prevista na alínea c) do nº 2 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, deliberasse aprovar a proposta de Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal anexos e submeter a mesma à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos previstos na alínea b) do nº 2 do artº 53º do mesmo diploma legal e artº 5º, nº 3, da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.-----

A proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso para o ano de dois mil e onze foi aprovada com cinco votos a favor, dos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista.-----

Votaram contra os Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata, que fizeram a seguinte declaração de voto:-----

REUNIÃO DE CÂMARA - 10 DE DEZEMBRO DE 2010

Ponto 3 da Ordem do Dia

Declaração de voto dos eleitos nas listas do PPD/PSD

Ponto 3 - Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso para o ano de 2011

Os vereadores enquanto eleitos nas listas do PSD não subscrevem este documento por várias ordens de razão:

As referências metodológicas são exactamente as mesmas que adopta a Câmara Municipal.

Não está claro um real e obrigatório comprometimento entre os SMAES e as populações que não beneficiam da rede em baixa de água e de saneamento.

Na introdução são feitas várias referências evidenciando um conjunto de meras intenções vazias e sem objectivos temporais definidos.

Não se vislumbra qualquer estratégia, para retirar o concelho do atraso que regista ao nível das infraestruturas de saneamento e da rede pública de água, reportando sempre a terceiros essa responsabilidade.

Em quase 30 anos de gestão do partido socialista que V. Exs^a representam, o concelho continua com um enorme défice em matéria de infra-estruturas básicas. Sabendo-se que este défice tem contribuído de forma decisiva

para desviar para outros concelhos investimento que poderia e deveria ter sido captado para Santo Tirso.

Santo Tirso continua a pagar em elevado preço por estas opções!

Já no ano anterior o referimos: Era espectável, por exemplo, perceber qual o plano desenhado pelos SMAES para motivar os Tirsenses a fazerem as ligações à rede pública de água, quando se sabe, que a adesão não ultrapassa os 30%.

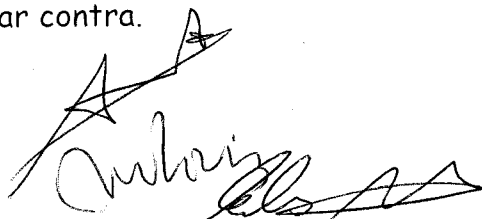
Era desejável que fosse definida uma política de preços, nomeadamente na ligação aos ramais, que fosse de encontro aos baixos rendimentos das famílias Tirsenses. Mas nesta matéria o SMAES tem lavado as mãos como Pilatos!

Os responsáveis pela gestão do SMAES, continuam a lamentar a fraca adesão, mas nada fazem para inverter esta situação.

Mas este documento continua a navegar na virtualidade, quando se refere ao Acordo celebrado com a Indáqua para alargar a concessão ao Vale do Leça, que só terá eficácia se a candidatura da concessionária for aprovada no âmbito do QREN, mas nada refere no caso de esta não ser aprovada!

Quanto ao orçamento é notório o valor afecto às despesas correntes que em 2011 atingirá 7 milhões de euros contra os cerca de 1,4 milhões em despesas de capital!

Por tudo isto, o PSD só poderia votar contra.





4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO PARA 2010: 4ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.-----

Presente informação da Divisão de Gestão Financeira, de dez do corrente mês de Dezembro, registada com o número treze mil e sessenta e seis, a comunicar a necessidade de se efectuar uma revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, em virtude do projecto designado “Adaptação do sequeiro e casa da quinta, Escola Agrícola Conde S. Bento” ter execução também no ano de dois mil e onze, e não execução integral no ano de dois mil e dez, conforme previsto naquele Plano.-----

Anexa-se à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes quatro folhas, a referida revisão ao PPI e ao Orçamento da Despesa.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, aprovar a referida revisão e remeter a mesma à assembleia municipal para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2010

MODIFICAÇÃO N.º 17

REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL INVESTIMENTOS N.º4

DEZEMBRO 2010

LISTAGEM DE MODIFICAÇÕES
Ano Contabilístico: 2010 Data Aprovação :

Página: 1

Tipo de Modificação : ROD - REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Número : 4		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	07010401		Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	9.289.704,54	36.300,00	
02	07010404		Iluminação pública	500.204,53		36.300,00
Total de Aumentos/Diminuições:					36.300,00	36.300,00
Tipo de Modificação : RPI - REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS				Número : 4		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	07010401	2009 I 28	ADAPTAÇÃO SEQUEIRO E CASA QUINTA ESCOLA AGRÍCOLA C	6.100,00	36.300,00	
02	07010404	2010 I 76	GESTÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM SANTO TIRSO	210.072,84		36.300,00
Total de Aumentos/Diminuições:					36.300,00	36.300,00
Total Geral :					72.600,00	72.600,00

Em ___ de _____ de ____

Em ___ de _____ de ____

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				21	Página: 1
CM S TIRSO		MODIFICAÇÃO NUMERO: 17	NUMERO 4	DO ANO CONTABILISTICO DE 2010	DATA DE APROVAÇÃO	/	
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		DESPESA				C B S	
CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE		
ORGÂNICA	ECONÓMICA		DESCRİÇÃO	INSCRIÇÕES / REFORÇOS		DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
02		CÂMARA MUNICIPAL	9.789.909,07	36.300,00	36.300,00	9.789.909,07	
	07	Aquisição bens capital	9.789.909,07	36.300,00	36.300,00	9.789.909,07	
	0701	Investimentos	9.789.909,07	36.300,00	36.300,00	9.789.909,07	
	070104	Construções diversas	9.789.909,07	36.300,00	36.300,00	9.789.909,07	
	07010401	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	9.289.704,54	36.300,00		9.326.004,54	
	07010404	Iluminação pública	500.204,53		36.300,00	463.904,53	
TOTAL ...			9.789.909,07	36.300,00	36.300,00	9.789.909,07	
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES							
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				36.300,00	36.300,00		

Em ____ de _____ de _____

Aprovada em reunião de _____

O Presidente da Camara, _____

Os Vereadores:

At

ENTIDADE
CM S TIRSO

MODIFICAÇÃO NÚMERO : 17
REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS

NÚMERO 4 DO ANO CONTABILÍSTICO 2010

DATA DE APROVAÇÃO 2010/12/07

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CODIGO DA CLASSIFIC. ORGANICA	CODIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	DATAS		EX	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEQUINTE
					INICIO	FIM			ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEGUINTE	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
									TOTAL	DEFINIDO				
2. 2.5. 2.5.1. 2.5.1.1.	02 2009 28	Funções sociais Serviços culturais, recreativos e religiosos Cultura ADAPTAÇÃO SEQUEIRO E CASA QUINTA ESCOLA AGRÍCOLA CONDE S. BENTO-SANTO TIRSO	02	07010401	2009/01/01	2011/12/31	0		6.100,00	6.100,00	108.900,00	36.300,00		42.400,00
3. 3.2. 3.2.1.	03 2010 76	Funções económicas Indústria e energia GESTÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM SANTO TIRSO	02	07010404	2010/01/01	2011/12/31	0		216.072,84	216.072,84	266.300,00		36.300,00	173.772,84
TOTAL ...									216.172,84	216.172,84	375.200,00	36.300,00	36.300,00	216.172,84

O PRESIDENTE DO ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ____

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ____



5. OUTROS SUBSÍDIOS

A) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SANTO TIRSO PARA LIVROS E MATERIAL ESCOLAR – 3ª FASE.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara, à semelhança dos anos anteriores e em conformidade com a informação da Divisão de Educação de sete do corrente mês de Dezembro, registada com o número treze mil e sessenta e dois, deliberasse, em aditamento às deliberações da câmara municipal de vinte e oito de Julho e vinte e um de Outubro últimos, e para efeitos de cumprimento do previsto no Decreto –Lei 55/2009, de 02 de Março, atribuir um subsídio ao Agrupamento de Escolas de Santo Tirso, destinado a suportar as despesas com a aquisição de livros e material escolar, para alunos carenciados, durante o ano lectivo de 2010/2011, no montante de 1.625,00 € (mil seiscentos e vinte e cinco euros).-----

A respectiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 4440/2010, de nove do corrente mês de Dezembro.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor. -----



5. B) À JUNTA DE FREGUESIA DE AREIAS: BENEFICIAÇÃO DAS RUAS NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO E MARECHAL HUMBERTO DELGADO: PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO À JUNTA DE FREGUESIA.-----

Presente ofício de vinte e cinco de Março último, da Junta de Freguesia de Areias, registado com o número quatro mil e sessenta e nove, a enviar os orçamentos obtidos pela Junta de Freguesia para beneficiação dos arruamentos acima referidos, reiterando a urgência na realização das respectivas obras.-----

O assunto vem informado pelo Departamento de Obras Municipais (informação registada com o número DOC_3222/2010, associada àquele ofício), que conclui que a estimativa orçamental dos trabalhos necessários à resolução dos problemas detectados é de 19.487,50 € (dezanove mil quatrocentos e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos).-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Areias um subsidio no montante de 20.461,88 € (vinte mil quatrocentos e sessenta e um euros e oitenta e oito cêntimos), com o valor do IVA incluído, para custear as despesas com a execução das referidas obras, a executar com acompanhamento técnico e fiscalização dos serviços da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

As respectivas despesas serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual têm cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 4457/2010, desta data.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

Reunião : EXTRAORDINÁRIA



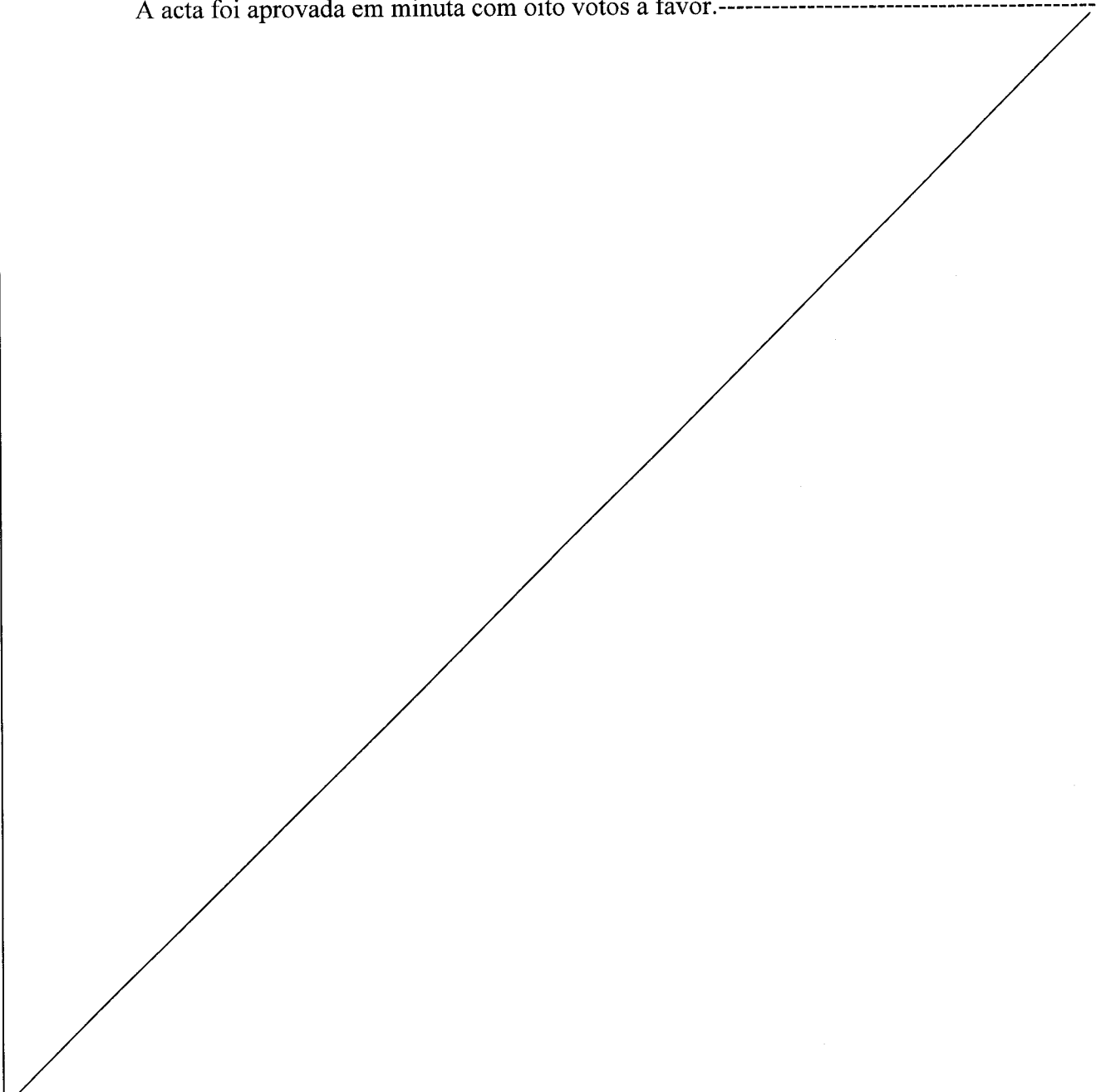
Câmara Municipal de Santo Tirso

Acta N.º 26 Fl. 25
10 de Dezembro de 2010

Ar
[Signature]

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: No final e depois de lida a presente acta, o Senhor Presidente propôs a aprovação da mesma acta em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

A acta foi aprovada em minuta com oito votos a favor.-----





Ac
d

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada em: Onze horas e cinquenta minutos.-----

E para constar se lavrou a presente acta que tem vinte e seis folhas, apenas utilizadas no anverso, e dois documentos anexos, sendo o Anexo I relativo ao item um, composto por sessenta folhas; e o Anexo II relativo ao item três, composto por trinta e seis folhas, todos rubricados por mim e pelo Presidente da Câmara, que eu

Fania Adriana Salgado Ha

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

Carla

APROVAÇÃO DA ACTA.-----

A presente acta foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 23/12/2010 conforme consta do item um da respectiva acta (folhas treze da respectiva minuta).-----

A Secretária,

Adriana